



BJL 11 Solar S.A.

**Demonstrações financeiras em
31 de dezembro de 2025
e relatório do auditor independente**



Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras

Aos Administradores e Acionistas
BJL 11 Solar S.A.

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da B JL 11 Solar S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia em 31 de dezembro de 2025, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, aplicáveis a auditorias de demonstrações financeiras no Brasil, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na



BJL 11 Solar S.A.

elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.



BJL 11 Solar S.A.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Fortaleza, 18 de maio de 2026

A handwritten signature in dark ink, reading 'PricewaterhouseCoopers' in a cursive script.

PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP000160/O-5

DocuSigned by
Daniel Rodrigues de Oliveira
Assinado por: DANIEL RODRIGUES DE OLIVEIRA-31574423843
CPF: 31574423843
Data/Hora da Assinatura: 18 de maio de 2026 | 16:55 BRT
O: CIP-Brasil, OU: Certificado Digital PF A1
C: BR
Emissor: AC SunsignerID Multiple
3A829729C443405

Daniel Rodrigues de Oliveira
Contador CRC 1SP247874/O-3

Conteúdo

Balanços patrimoniais	6
Demonstrações do resultado.....	8
Demonstrações do resultado abrangente	9
Demonstrações das mutações no patrimônio líquido	10
Demonstrações dos fluxos de caixa	11
Notas explicativas às demonstrações financeiras.....	12
1 Contexto operacional	12
2 Base de preparação e políticas contábeis materiais	12
3 Gerenciamento de riscos	21
4 Caixa e equivalentes de caixa.....	22
5 Aplicações financeiras vinculadas	23
6 Contas a receber de clientes	23
7 Imobilizado	24
8 Outros créditos	25
9 Fornecedores	25
10 Empréstimos e financiamentos	25
11 Comissões de fianças a pagar	26
12 Patrimônio líquido	27
13 Receita líquida de vendas	27
14 Custos operacionais	27
15 Despesas gerais ou administrativas	28
16 Resultado financeiro.....	28
17 Partes relacionadas.....	28
18 Instrumentos financeiros	29
19 Imposto de renda e contribuição social correntes	29
20 Contingências	30

Balanços patrimoniais

Ativo	Nota	31/12/2025	31/12/2024 (reapresentado)	01/01/2024 (reapresentado)
Caixa e equivalentes de caixa	4	13.115	13.791	12.476
Contas a receber de clientes	6	1.869	1.781	2.599
Outros créditos		926	1.424	675
Total do Ativo Circulante		15.910	16.996	15.750
Aplicações financeiras vinculadas	5	3.542	3.171	—
Despesas antecipadas		—	77	—
Outros créditos	8	4.885	4.885	3.749
Realizável a longo prazo		8.427	8.133	3.749
Imobilizado	7	78.143	82.728	85.411
Intangível		78	29	5
		78.221	82.757	85.416
Total do Ativo Não Circulante		86.648	90.890	89.165
Total do Ativo		102.558	107.886	104.915

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

BJL11 Solar S.A.
Balanços Patrimoniais
em 31 de dezembro de 2025
(Em milhares de reais)

Passivo e Patrimônio Líquido	Nota	31/12/2025	31/12/2024 (reapresentado)	01/01/2024 (reapresentado)
Fornecedores	9	5.907	8.318	4.100
Dividendos a pagar		750	1.291	1.278
Empréstimos e financiamentos	10	3.531	5.555	2.781
Contratos de mútuos		—	3.467	4.049
Partes relacionadas - outras contas a pagar		—	886	—
Obrigações fiscais		158	155	235
Imposto de renda e contribuição social	19	162	225	159
Obrigações trabalhistas		161	135	99
Comissões de fianças a pagar	11	882	1.480	1.201
Outras contas a pagar		140	467	201
Total do Passivo Circulante		11.691	21.979	14.103
Empréstimos e financiamentos	10	39.785	40.538	46.719
Comissões de fianças a pagar	11	3.119	4.128	5.609
Outras contas a pagar		9.999	—	—
Total do Passivo Não circulante		52.903	44.666	52.328
Passivo Total		64.594	66.645	66.431
Patrimônio Líquido	12			
Capital social		34.848	34.848	34.848
Reserva legal		503	503	345
Reserva de lucros a distribuir		2.613	5.890	3.291
Total do Patrimônio Líquido		37.964	41.241	38.484
Total do Passivo e Patrimônio líquido		102.558	107.886	104.915

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações do resultado

	Nota	31/12/2025	31/12/2024 (reapresentado)
Receita líquida de vendas	13	12.708	17.598
Custos operacionais	14	(10.260)	(7.998)
Lucro bruto		2.448	9.600
Despesas gerais ou administrativas	15	(1.112)	(1.011)
Outras receitas (despesas) operacionais		50	(62)
Despesas operacionais		(1.062)	(1.073)
Resultado antes das despesas e receitas financeiras líquidas e tributos		1.386	8.527
Receitas financeiras	16	2.326	1.115
Despesas financeiras	16	(5.540)	(5.744)
Resultado financeiro		(3.214)	(4.629)
Resultado antes dos tributos sobre o lucro		(1.828)	3.898
Imposto de renda e contribuição social correntes	19	(1.449)	(935)
Prejuízo (Lucro) do exercício		(3.277)	2.963

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações do resultado abrangente

	31/12/2025	31/12/2024 (reapresentado)
Prejuízo (Lucro) do exercício	(3.277)	2.963
Outros resultados abrangentes - ORA	—	—
Itens que podem ser subsequentemente reclassificados para o resultado	—	—
Resultado abrangente total	(3.277)	2.963

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações das mutações no patrimônio líquido

	Notas	Capital social	Reserva legal	Reservas de lucros a distribuir	Prejuízos acumulados	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2023		34.848	345	3.835	—	39.028
Ajustes de exercícios anteriores				(544)	544	—
Saldo de reabertura ajustado						
Lucro do exercício		—	—	—	2.963	2.963
Destinação do Lucro						
Reserva legal	12	—	158	—	(158)	—
Dividendos obrigatórios	12	—	—	(750)	—	(750)
Reserva de lucros a distribuir	12	—	—	3.349	(3.349)	—
Saldos em 31 de dezembro de 2024 (reapresentado)		34.848	503	5.890	—	41.241
Prejuízo do exercício		—	—	—	(3.277)	(3.277)
Absorção de prejuízos	12	—	—	(3.277)	3.277	—
Saldos em 31 de dezembro de 2025		34.848	503	2.613	—	37.964

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações dos fluxos de caixa

	Nota	31/12/2025	31/12/2024 (reapresentado)
Fluxo de caixa das atividades operacionais			
Prejuízo (Lucro) do exercício		(3.277)	2.963
Ajustes para:			
Depreciação	7	4.801	2.911
Rendimento de aplicações	5	(424)	(1.115)
Juros sobre empréstimos e financiamentos	10	4.281	4.607
Imposto de renda e contribuição social	19	1.449	—
Apropriação do custo de captação	10	2.451	477
Outros		144	325
		9.425	10.168
Variações nos ativos e passivos			
Contas a receber de clientes		(88)	818
Outros créditos		574	(1.015)
Despesas antecipadas		—	(1.273)
Partes relacionadas - outros créditos, líquido de outras contas a pagar		(886)	—
Fornecedores	9	(2.411)	3.636
Obrigações trabalhistas		26	36
Obrigações fiscais		(412)	776
Comissões de fianças a pagar	11	(1.607)	—
Outras contas a pagar		9.672	415
Caixa gerado pelas atividades operacionais		14.293	13.561
Juros pagos sobre mútuos		(120)	—
Impostos pagos sobre o lucro	19	(1.045)	(790)
Fluxo de caixa líquido proveniente das atividades operacionais		13.128	12.771
Fluxo de caixa das atividades de investimento			
Aplicações financeiras	5	—	(2.056)
Aquisição de imobilizado	7	(216)	(228)
Aquisição de intangível		(71)	(24)
Fluxo de caixa líquido utilizado nas atividades de investimento		(287)	(2.308)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento			
Dividendos pagos a acionistas		(541)	—
Amortizações de principal - empréstimos e financiamentos	10	(4.173)	(4.477)
Amortizações de principal - mútuos	17	(3.467)	—
Juros pagos sobre empréstimos e financiamentos	10	(3.999)	(3.632)
Custo de captação - empréstimos e financiamentos	10	(1.337)	(1.039)
Fluxo de caixa líquido utilizado nas atividades de financiamento		(13.517)	(9.148)
Redução (Aumento) de caixa e equivalentes de caixa		(676)	1.315
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	4	13.791	12.476
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	4	13.115	13.791
Redução (Aumento) de caixa e equivalentes de caixa		(676)	1.315

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

1 Contexto operacional

A BJL11 Solar S.A. ("Companhia") foi constituída em 08 de janeiro de 2016 e tem por objeto social: o desenvolvimento, a construção, a instalação, a operação, a manutenção e a exploração do empreendimento de geração de energia elétrica a partir de fonte solar denominado BJL 11 e a comercialização de energia elétrica.

O empreendimento possui 20MW de capacidade instalada, está localizado em Bom Jesus da Lapa (BA) e entrou em operação comercial plena a partir do dia 01 de novembro de 2018. A Companhia firmou em 22 de julho de 2016 um Contrato de Energia de Reserva ("CER"), na modalidade de quantidade de energia elétrica com a Câmara de Comercialização de Energia Elétrica ("CCEE"). Em consonância com seu segmento de atuação, a Companhia mantém um contrato exclusivo com a CCEE, seu único cliente. As informações financeiras devem ser analisadas neste contexto.

Pelo presente contrato, a Companhia se compromete a vender a totalidade de sua energia gerada à CCEE, pelo prazo de 20 anos, ao preço de R\$ 300,5/MWh, atualizados anualmente pelo Índice de Preço ao Consumidor Amplo ("IPCA"). A partir de novembro de 2018, a Companhia passou a faturar um valor fixo, mensal, correspondente ao valor definido em contrato.

2 Base de preparação e políticas contábeis materiais

2.1 Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras foram preparadas e estão sendo apresentadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil, que contemplam os pronunciamentos, interpretações e orientações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e homologadas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC). Além disso, as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras estão sendo evidenciadas, e correspondem às utilizadas pela Administração na sua gestão.

A emissão destas demonstrações financeiras foi autorizada pela Diretoria em 18 de maio de 2026.

2.2 Moeda funcional e moeda de apresentação

Essas demonstrações financeiras estão apresentadas em reais, que é a moeda funcional da Companhia. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

2.3 Uso de estimativas e julgamento

A preparação das demonstrações financeiras requer que a Administração faça julgamentos, estimativas e adote premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

A Companhia não apresentava julgamentos críticos referentes às políticas contábeis adotadas que apresentam efeitos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeira em 31 de dezembro de 2025.

Incertezas sobre premissas e estimativas

As informações sobre as incertezas relacionadas a premissas e estimativas que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material nos saldos contábeis de ativos e passivos no exercício findo em 31 de dezembro de 2025 estão incluídas na seguinte nota explicativa:

- **2.8 Ativo imobilizado (exceto direito de uso de ativos arrendados)** – vida útil do ativo imobilizado: determinar a expectativa de vida útil dos equipamentos e componentes do empreendimento, conforme relatório de consultoria especializada.

Mensuração do valor justo

Ao mensurar o valor justo de um ativo ou um passivo, a Companhia usa dados observáveis de mercado, tanto quanto possível. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (inputs) utilizadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma:

- **Nível 1:** preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos.
- **Nível 2:** inputs, exceto os preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços).
- **Nível 3:** inputs, para o ativo ou passivo, que não são baseados em dados observáveis de mercado (inputs não observáveis).

2.4 Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico.

2.5 Reapresentação das cifras comparativas

Durante o exercício de 2025, a Companhia revisou sua metodologia de contabilização de custos de transação, especificamente no que tange às fianças bancárias atreladas aos seus contratos de financiamento. Identificou-se que o critério anteriormente adotado, registros mensais dos valores a pagar das fianças bancárias com respectiva contrapartida no resultado financeiro, não refletia adequadamente a exigência do CPC 48 – Instrumentos Financeiros em relação aos custos de transação. Após a aplicação de nova metodologia, os custos das fianças bancárias passaram a ser apropriados ao resultado pelo método de taxa de juros efetiva, conforme o prazo de vigência das garantias. Os ajustes foram realizados nas informações anuais e apresentados na tabela a seguir:

(a) Balanço patrimonial

Ativo	1º de janeiro de 2024			Saldo reapresentado
	Anteriormente apresentado	Ajustes (a)	Ajustes (b)	
Outros	104.915	—	—	104.915
Total ativo	104.915	—	—	104.915

BJL11 Solar S.A.
Notas Explicativas
em 31 de dezembro de 2025
(Em milhares de reais)

Passivo

Empréstimos e financiamentos	7.336	(1.071)	(3.484)	2.781
Comissões de fianças a pagar	—	1.201	—	1.201
Outros	10.121	—	—	10.121
Total Passivo Circulante	17.457	130	(3.484)	14.103

Empréstimos e financiamentos	48.430	(5.195)	3.484	46.719
Comissões de fianças a pagar	—	5.609	—	5.609
Total Passivo Não Circulante	48.430	414	3.484	52.328

Patrimônio líquido

Reserva de lucros a distribuir	3.835	(544)	—	3.291
Reserva legal	345	—	—	345
Capital social	34.848	—	—	34.848
Patrimônio líquido	39.028	(544)	—	38.484

Passivo e patrimônio líquido	104.915	—	—	104.915
-------------------------------------	----------------	----------	----------	----------------

31 de dezembro de 2024

Ativo	Anteriormente apresentado	Ajustes (a)	Ajustes (b)	Saldo reapresentado
Outros	107.886	—	—	107.886
Total ativo	107.886	—	—	107.886

Passivo

Empréstimos e financiamentos	7.526	(1.258)	(713)	5.555
Comissões de fianças a pagar	—	1.480	—	1.480
Outros	14.944	—	—	14.944
Total Passivo Circulante	22.470	222	(713)	21.979

Empréstimos e financiamentos	43.978	(4.153)	713	40.538
Comissões de fianças a pagar	—	4.128	—	4.128
Total Passivo Não Circulante	43.978	(25)	713	44.666

Patrimônio líquido

Reserva de lucros a distribuir	6.087	(197)	—	5.890
Reserva legal	503	—	—	503
Capital social	34.848	—	—	34.848
Patrimônio líquido	41.438	(197)	—	41.241

Passivo e patrimônio líquido	107.886	—	—	107.886
-------------------------------------	----------------	----------	----------	----------------

(b) Demonstrações do resultado e resultado abrangente

31 de dezembro de 2024			
Descrição	Anteriormente apresentado	Ajustes (a)	Saldo reapresentado
Despesas financeiras	(5.547)	(197)	(5.744)
Outros	8.707	—	8.707
Lucro do exercício	3.160	(197)	2.963
Total do resultado abrangente	3.160	(197)	2.963

(c) Demonstração das mutações do patrimônio líquido

31 de dezembro de 2024			
Descrição	Anteriormente apresentado	Ajustes (a)	Saldo reapresentado
Capital social	34.848	—	34.848
Reserva legal	503	—	503
Reserva de lucros a distribuir	6.087	(197)	5.890
Total do patrimônio líquido	41.438	(197)	41.241

(d) Demonstração dos fluxos de caixa

31 de dezembro de 2024			
Descrição	Anteriormente apresentado	Ajustes (a)/(c)	Saldo reapresentado
Lucro do exercício	3.160	(197)	2.963
Apropriação do custo de captação	280	197	477
Outros	6.728	—	6.728
Ajustes para:	10.168	—	10.168
Juros pagos sobre empréstimos e financiamentos	(3.632)	3.632	—
Outros	12.771	—	12.771
Fluxo de caixa líquido proveniente das atividades operacionais	9.139	3.632	12.771
Fluxo de caixa líquido utilizado nas atividades de investimentos	(2.308)	—	(2.308)
Juros pagos sobre empréstimos e financiamentos	—	(3.632)	(3.632)
Outros	(5.516)	—	(5.516)
Fluxo de caixa líquido utilizado nas atividades de financiamentos	(5.516)	(3.632)	(9.148)
Redução de caixa e equivalentes de caixa	1.315	—	1.315

- (a) Apropriação de custos de transação considerando o método de taxa de juros efetiva garantindo que o passivo e a despesa reflitam o prazo de vigência das garantias.
- (b) Reclassificação patrimonial entre curto e longo prazo. O ajuste corrige a segregação das parcelas de empréstimos e financiamentos, adequando a apresentação da liquidez da Companhia no balanço patrimonial.
- (c) Reclassificação dos juros pagos para o fluxo de atividades de financiamento, conforme mudança de política contábil detalhada na [Nota 2.12 Mudanças nas principais políticas contábeis](#).

2.6 Instrumentos financeiros

A Companhia classifica seus ativos financeiros sob as seguintes categorias: mensurados ao custo amortizado, mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes e mensurados ao valor justo por meio do resultado. A classificação de seus ativos financeiros é feita no reconhecimento inicial e de acordo com a finalidade para a qual foram adquiridos. O custo amortizado é reduzido por perdas por “*impairment*”. A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e o *impairment* são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado. Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, a Companhia não possuía ativos financeiros classificados nas categorias de valor justo por meio de outros resultados abrangentes.

A Companhia classifica seus passivos financeiros mensurados ao custo amortizado. A classificação depende da finalidade para a qual os passivos financeiros foram assumidos. Os passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são medidos pelo custo amortizado através do método da taxa efetiva dos juros. A despesa de juros, ganhos e perdas cambiais são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento também é reconhecido no resultado.

(i) Reconhecimento e mensuração inicial

Os ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando a Companhia se torna parte das disposições contratuais do instrumento.

Um ativo financeiro (a menos que seja um contas a receber de clientes sem um componente de financiamento significativo) ou passivo financeiro é inicialmente mensurado ao valor justo, mais ou menos, para um item não mensurado ao VJR, os custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Um contas a receber de clientes sem um componente significativo de financiamento é mensurado inicialmente ao preço da operação.

(ii) Classificação e mensuração subsequente

Ativos financeiros

No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado: ao custo amortizado; ao VJORA - instrumento de dívida; ao VJORA -instrumento patrimonial; ou ao VJR.

Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que a Companhia altere o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, e neste caso todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios.

Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR:

- É mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e
- Seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

Um instrumento de dívida é mensurado ao VJORA se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR:

- É mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo é atingido tanto pelo recebimento de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda de ativos financeiros; e
- Seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são apenas pagamentos de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

Passivos financeiros

Os passivos financeiros foram classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJR. Um passivo financeiro é classificado como mensurado ao valor justo por meio do resultado caso seja classificado como mantido para negociação, seja um derivativo ou seja designado como tal no reconhecimento inicial. Passivos financeiros mensurados ao VJR são mensurados ao valor justo e o resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido no resultado. Outros passivos financeiros são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. A despesa de juros, ganhos e perdas cambiais são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento também é reconhecido no resultado.

(iii) Desreconhecimento

Ativos financeiros

A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos contratuais de recebimento aos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos ou na qual a Companhia não transfere, nem mantém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e também não retém o controle sobre o ativo financeiro.

A Companhia realiza transações em que transfere ativos reconhecidos no balanço patrimonial, mas mantém todos ou substancialmente todos os riscos e benefícios dos ativos transferidos. Nesses casos, os ativos financeiros não são desreconhecidos.

Passivos financeiros

A Companhia desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expirada.

No desreconhecimento de um passivo financeiro, a diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga (incluindo ativos transferidos que não transitam pelo caixa ou passivos assumidos) é reconhecida no resultado.

(iv) Compensação

Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é reportado no balanço patrimonial quando há um direito legalmente aplicável de compensar os valores reconhecidos e há uma intenção de liquidá-los em uma base líquida, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

Os ativos financeiros reconhecidos pela Companhia são: caixa e equivalentes de caixa, contas a receber de clientes e aplicações financeiras vinculadas.

Os passivos financeiros reconhecidos pela Companhia são: fornecedores, empréstimos e financiamentos, contratos de mútuos, partes relacionadas - outras contas a pagar e outras contas a pagar.

2.7 Redução ao valor recuperável de ativos não financeiros (“impairment”)

A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Sendo tais evidências identificadas e o valor contábil líquido exceder o valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável.

O valor recuperável de um ativo ou de determinada unidade geradora de caixa é definido como sendo o maior entre o valor em uso e o valor líquido de venda.

Na estimativa do valor em uso do ativo, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao seu valor presente, utilizando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflita o custo médio ponderado de capital para a indústria em que opera a unidade geradora de caixa. O valor líquido de venda é determinado, sempre que possível, com base em contrato de venda firme em uma transação em bases comutativas, entre partes conhecedoras e interessadas, ajustado por despesas atribuíveis à venda do ativo, ou, quando não há contrato de venda firme, com base no preço de mercado de um mercado ativo, ou no preço da transação mais recente com ativos semelhantes.

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, a Companhia não identificou quaisquer indícios de *impairment* com relação aos seus ativos não financeiros.

2.8 Ativo imobilizado (exceto direito de uso de ativos arrendados)

Os itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção.

O custo de ativos construídos inclui o custo de materiais e mão de obra direta, custos de empréstimos sobre ativos qualificáveis e quaisquer outros custos para colocar o ativo no local em condições necessárias para operar da forma pretendida pela Administração.

Custos de empréstimos diretamente relacionados com aquisição, construção ou produção de um ativo que necessariamente requer um tempo significativo para ser concluído para fins de uso ou venda são capitalizados como parte do custo do correspondente ativo. Todos os demais custos de empréstimos são registrados em despesa no período em que são incorridos. Custos de empréstimo compreendem juros e outros custos incorridos pela entidade relativos ao empréstimo. Os custos de empréstimos, deduzidos das receitas financeiras inerentes a esses recursos e vinculados ao empreendimento, são capitalizados ao imobilizado durante o período em que as atividades relacionadas ao desenvolvimento estiverem sendo executadas.

O custo de reposição de um componente do imobilizado é reconhecido no valor contábil do item caso seja provável que os benefícios econômicos incorporados dentro do componente irão gerar benefícios futuros e que o seu custo possa ser medido de forma confiável. O valor contábil do componente que tenha sido repostado por outro é baixado. Os custos de manutenção no dia a dia do imobilizado são reconhecidos no resultado conforme incorridos.

Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são apurados pela comparação entre os recursos advindos da alienação com o valor contábil do imobilizado, e são reconhecidos líquidos dentro de outras receitas no resultado.

Depreciações

Itens do ativo imobilizado são depreciados a partir da data em que estão disponíveis para uso, ou no caso dos ativos construídos internamente, após a emissão do último despacho comercial, emitido pela Agência Nacional de Energia Elétrica ("ANEEL"), para os componentes do empreendimento, momento que caracteriza o marco inicial da operação comercial plena da Companhia.

A depreciação é calculada sobre o custo dos ativos imobilizados ou outro valor substituto do custo. A depreciação é reconhecida no resultado baseando-se no método linear com relação às vidas úteis estimadas já que esse método é o que mais reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo. Terrenos não são depreciados. As taxas utilizadas estão de acordo com relatório de unitização do empreendimento, elaborado por consultoria especializado, seguindo diretrizes estabelecidas pelo Manual de Controle Patrimonial do Setor Elétrica ("MCPSE"), aprovado pelas Resoluções Normativas nº 367/2009 e 474/2012 pela ANEEL.

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada encerramento de exercício e eventuais ajustes são reconhecidos como mudança de estimativas contábeis.

2.9 Receitas e despesas financeiras

Todos os instrumentos financeiros são avaliados ao custo amortizado. A receita de juros é incluída na rubrica receita financeira, na demonstração do resultado.

As despesas financeiras abrangem despesas com juros sobre empréstimos, ajustes de desconto a valor presente das provisões e variações no valor justo de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado.

Custos de empréstimo que não são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável, são mensurados no resultado pelo método de juros efetivos.

2.10 Imposto de renda e contribuição social

Ativos e passivos tributários correntes do último período e de anos anteriores são mensurados ao valor recuperável esperado ou a pagar para as autoridades fiscais. As alíquotas de imposto e as leis tributárias usadas para calcular o montante são aquelas que estão em vigor ou substancialmente em vigor na data do balanço nos países em que a Companhia opera e gera receita tributável.

Imposto de renda e contribuição social correntes relativas a itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido são reconhecidas no patrimônio líquido. A administração periodicamente avalia a posição fiscal das situações nas quais a regulamentação fiscal requer interpretação e estabelece provisões quando apropriado.

O imposto de renda foi calculado à alíquota de 15% sobre o lucro tributável pelo regime presumido (8% sobre a receita bruta) e sobre as receitas financeiras, acrescido do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240. A contribuição social foi calculada à alíquota de 9% sobre o lucro tributável pelo regime presumido (12% sobre a receita bruta) e sobre as receitas financeiras.

2.11 Receita operacional

A receita operacional é reconhecida quando (i) os riscos e benefícios mais significativos inerentes a propriedade dos bens forem transferidos para o comprador, (ii) for provável que benefícios econômico-financeiros fluirão para a Companhia, (iii) os custos associados e a possível devolução de mercadorias puderem ser estimados de maneira confiável, (iv) não haja envolvimento contínuo com os bens vendidos, e (v) o valor da receita possa ser mensurado de maneira confiável. A receita é medida líquida de devoluções, descontos comerciais e bonificações. A Companhia possui um único contrato, na modalidade de Energia de Reserva, celebrado com a CCEE, o qual possui as seguintes características:

- Contabilização e liquidação exclusivamente no mercado de curto prazo da CCEE.
- Contratos firmados entre os agentes vendedores nos leilões e a CCEE.
- Recebimento de receita fixa com base no contratado, independentemente de sua geração.
- Liquidação do excedente do limite superior (30% da energia contratada) ou inferior (10% da energia contratada) no exercício subsequente.

O reconhecimento de receita ocorre pela transferência (geração) da energia elétrica para a CCEE – Câmara de Comercialização de Energia Elétrica, momento em que há o cumprimento da obrigação de desempenho. O efeito na contabilização das receitas é consequência da energia contratada. As diferenças entre a energia gerada e a garantia física são cobertas por cláusulas contratuais entre as partes; quando a entrega é inferior à garantia física, ocorre o ressarcimento e quando é superior, a diferença é recebida de acordo com o contrato entre as partes. Adicionalmente, a Companhia registra deduções de receita decorrentes de penalidades junto à CCEE por insuficiência de lastro, motivadas tanto por restrições de escoamento (constrained-off) quanto por baixa geração decorrente de fatores naturais. O cálculo desses montantes, cuja liquidação financeira ocorre em período subsequente, baseia-se na diferença entre a energia contratada e a entregue.

2.12 Mudanças nas principais políticas contábeis

(a) Classificação dos juros pagos sobre financiamentos de longo prazo nas demonstrações dos fluxos de caixa:

Até 31 de dezembro de 2024, a Administração classificava os juros pagos sobre dívidas de longo prazo como atividade operacional nas demonstrações dos fluxos de caixa. A partir de 1º de janeiro de 2025, esses valores passaram a ser classificados como fluxos das atividades de financiamento. O propósito desta mudança é apresentar de forma fidedigna a transação dada a sua natureza, e foi adotada porque tais dívidas foram contratadas para viabilizar a construção dos empreendimentos (CAPEX) e serão liquidadas no longo prazo. Em 31 de dezembro de 2024, o impacto representava o montante de R\$3.632 no fluxo de caixa, conforme tabela abaixo:

Demonstração dos fluxos de caixa em 31 de dezembro de 2024	Anteriormente apresentado	Ajustes	Saldo atual
Juros pagos sobre empréstimos e financiamentos	(3.632)	3.632	—
Outros	12.771	—	12.771
Fluxo de caixa líquido proveniente das atividades operacionais	9.139	3.632	12.771
Fluxo de caixa líquido utilizado nas atividades de investimento	(2.308)	—	(2.308)
Juros pagos sobre empréstimos e financiamentos	—	(3.632)	(3.632)
Outros	(5.516)	—	(5.516)
Fluxo de caixa líquido utilizado nas atividades de financiamento	(5.516)	(3.632)	(9.148)
Aumento de caixa e equivalentes de caixa	1.315	—	1.315

2.13 Novas normas contábeis e interpretações ainda não efetivas

Novas normas, alterações às normas contábeis e novas legislações foram publicadas, porém, ainda não são mandatórias para o exercício findo em 31 de dezembro de 2025 e não foram adotadas antecipadamente pela Companhia. A Companhia está em processo de avaliação dos requerimentos e impactos da adoção das novas normas e alterações listadas abaixo para os próximos exercícios anuais:

- (i) Divulgações de sustentabilidade emitidas pelo Internacional Sustainability Standards Board (“ISSB”) – IFRS S1 e IFRS S2. A obrigatoriedade de divulgação está prevista para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2026.
- (ii) Apresentação e divulgação em demonstrações financeiras – IFRS 18, vigente para os exercícios anuais iniciados em 1º de janeiro de 2027.
- (iii) Apresentação e divulgação em demonstrações financeiras – IFRS 19, vigente para os exercícios anuais iniciados em 1º de janeiro de 2027.

- (iv) Reforma tributária brasileira sobre o consumo, mudanças significativas no sistema tributário nacional, a transição começará em 2026 de forma escalonada, com implementação integral em 2033.
- (v) Em dezembro de 2024, o IASB alterou os requisitos de aplicação de own use e hedge accounting previstos no IFRS 9 - Instrumentos financeiros, bem como adicionou certos requerimentos de divulgações ao IFRS 7 - Instrumentos financeiros - Evidenciação, com o objetivo de assegurar que as demonstrações financeiras apresentem de forma adequada os efeitos de contratos que tenham como referência energia e cuja geração dependa da natureza, como energia eólica, energia solar, entre outras, descritos como 'contracts referencing nature-dependent electricity'. Portanto, se aplicam somente a contratos que expõem uma entidade a variabilidade em função da volatilidade na geração de energia que dependa de condições da natureza.

As alterações trazem principalmente: (i) orientações para a determinação pela entidade se os contratos de energia, que dependem de condições da natureza, devem ser tratados contabilmente como contratos de 'own use', (ii) condições a serem consideradas para aplicação de hedge accounting (cash flow hedge) e (iii) divulgações sobre características contratuais que expõem a entidade a variabilidades, compromissos contratuais ainda não reconhecidos (fluxos de caixa estimados) e efeitos dos contratos na performance da entidade durante o exercício.

As referidas alterações são aplicáveis a exercícios iniciados a partir de 1º de janeiro de 2026.

3 Gerenciamento de riscos

A Administração é responsável pelo estabelecimento e supervisão da estrutura de gerenciamento de risco da Companhia. As políticas de gerenciamento de risco são estabelecidas para identificar, analisar e definir limites e controles apropriados, e para monitorar riscos e aderência aos limites.

(i) Risco operacional

O risco operacional está relacionado com a paralisação de parte ou de todo o fornecimento esperado relacionado ao empreendimento.

A Administração da Companhia mantém contratos firmados com fornecedores relevantes no mercado a fim de mitigar possíveis riscos operacionais, incluindo contrato de seguros e manutenções periódicas dos ativos da operação.

(ii) Risco de crédito

O risco de crédito de saldos com bancos e instituições financeiras é administrado pela tesouraria da Companhia de acordo com a política de tesouraria. As aplicações são autorizadas e aprovadas pela controladoria, e aplicações que não estejam previstas na política são avaliadas pela Diretoria Executiva. Os limites de crédito da política de tesouraria são estabelecidos a fim de minimizar a concentração de riscos e, assim, mitigar o prejuízo financeiro no caso de potencial falência de uma contraparte. Tais limites foram incorporados ao regulamento dos Fundos de Investimentos nos quais a Companhia aplica a maior parte do caixa disponível.

A Administração da Companhia estabelece um montante mínimo de posição em caixa. Tal posição de caixa deve ser suficiente para o cumprimento de obrigações de curto prazo com fornecedores, entidades governamentais e acionistas. Além disso, a Administração estabelece no orçamento o caixa mínimo a ser mantido na Companhia. Todo recurso disponível deve ser, sempre que possível, aplicado nos Fundos de Investimentos através do FIC Domus Ventis ("FIC Consolidador").

Com relação às contas a receber de clientes, pelo fato de a Companhia vender a energia gerada única e exclusivamente para a CCEE, a Administração não observa exposição ao risco de crédito.

(iii) Risco de liquidez

Risco de liquidez refere-se à possibilidade de a Companhia não cumprir suas obrigações financeiras nas datas previstas, bem como encontrar dificuldades em atender às necessidades do seu fluxo de caixa devido a restrições de liquidez do mercado. O principal passivo financeiro contratado é o financiamento com o BNB, apresentado na nota 10.

A Administração monitora o nível esperado de entradas e saídas de seu fluxo de caixa, de forma a garantir suprimento adequado para a operação. Adicionalmente, os saldos das contas reserva vinculadas podem ser utilizados para cobertura temporária de caixa para o serviço da dívida.

(iv) Risco de mercado

Risco de Mercado é a possibilidade de perdas financeiras decorrentes da variação nos preços de mercado dos ativos e passivos da Companhia, incluindo, mas não se limitando a taxas de juros, taxas de câmbio, preços de commodities e ações. Esse risco impacta diretamente a avaliação de instrumentos financeiros e a exposição econômica da empresa, podendo afetar tanto o valor justo quanto os fluxos de caixa futuros. A Administração monitora e gerencia sua exposição ao risco de mercado por meio de análises de sensibilidade e modelos de mensuração.

A Administração não efetua investimentos em ativos financeiros que possam gerar oscilações relevantes nos seus preços de mercado. A Companhia não possui em 31 de dezembro de 2025 e 2024 exposições financeiras atreladas à moeda estrangeira. A dívida contratada pela Companhia, apresentada na nota 10, possui riscos de mercado associados à volatilidade do IPCA.

Análise de sensibilidade

Descrição	Saldo 31/12/2025	Risco	Cenário 25%	Cenário 50%
Fundo de investimentos restritos	7.037	Baixa do CDI	6.765	6.511
Efeito no resultado	990		718	464
Saldo de aplicações financeiras	3.542	Baixa do CDI	3.224	3.331
Efeito no resultado	424		106	213
Empréstimos e financiamentos	50.293	Alta do IPCA	50.387	48.879
Efeito no resultado	4.281		4.375	2.867

4 Caixa e equivalentes de caixa

Descrição	31/12/2025	31/12/2024
Caixa	—	6
Bancos conta movimento	21	17
Aplicações financeiras (a)	6.057	13.768
Aplicações financeiras - fundos restritos (a)	7.037	—
Total	13.115	13.791

(a) A Companhia possuía aplicações alocadas em fundo de investimentos, classificados em caixa e equivalentes de caixa, e encontravam-se disponíveis para resgate a qualquer momento. Esses fundos não têm prazo determinado para o seu encerramento uma vez que tal decisão depende das condições de mercado aliadas ao direcionamento da Administração. A remuneração é baseada na variação do CDI e a rentabilidade em 31 de dezembro de 2025 foi de 14,32% a.a (11,25% a.a em 31 de dezembro de 2024).

5 Aplicações financeiras vinculadas

a. Composição do saldo

Descrição	31/12/2025	31/12/2024
Aplicações financeiras vinculadas	3.542	3.171
Total	3.542	3.171

Ativo não circulante	3.542	3.171
-----------------------------	--------------	--------------

As aplicações financeiras de longo prazo são mantidas no Banco do Nordeste do Brasil S.A. ("BNB") em conta de fundo de liquidez constituído por meio do contrato de financiamento com o BNB em 25 de setembro de 2018. Tais recursos serão mantidos por todo período do mesmo instrumento, sendo os valores dados em garantia e podendo ser utilizados pelo banco para pagamento de obrigações relacionadas ao contrato de financiamento. Os valores são aplicados em um fundo de investimento em renda fixa referenciado DI, e tiveram remuneração de 13,35% a.a. em 31 de dezembro de 2025 (10,12% a.a. em 31 de dezembro de 2024).

b. Movimentação do saldo

Descrição	31/12/2025	31/12/2024
Saldos iniciais	3.171	—
Rendimento de aplicações	424	1.115
Retenção de imposto de renda sobre rendimentos	(53)	—
Aplicações financeiras	—	2.056
Saldos finais	3.542	3.171

6 Contas a receber de clientes

Descrição	31/12/2025	31/12/2024
Venda de energia - terceiros	1.869	1.781
Total	1.869	1.781

Em 31 de dezembro de 2025, a administração da Companhia considera não ser necessária a constituição de provisão para perdas com o valor recuperável de contas a receber por não haver perdas históricas, pois por regra estabelecida pela Câmara de Comercialização de Energia Elétrica ("CCEE"), todos os títulos a receber são liquidados no mês subsequente ao fornecimento da energia. Adicionalmente, em análise retrospectiva, não se identifica perdas históricas, bem como expectativa de perdas em toda a carteira de recebíveis.

A Companhia não apresentava títulos vencidos em 31 de dezembro de 2025 e 2024.

7 Imobilizado

a. Composição do imobilizado

Descrição	Taxa de depreciação	Custo	Depreciação Acumulada	31/12/2025	31/12/2024
Máquinas e equipamentos	1,85% a 16,67%	113.993	(36.000)	77.993	82.651
Instalações	10,00 %	13	—	13	—
Equipamentos de Processamento de Dados	20,00 %	152	(57)	95	42
Móveis e Utensílios	6,25 %	67	(25)	42	35
Total		114.225	(36.082)	78.143	82.728

b. Movimentação do imobilizado

Descrição	31/12/2024	Adições	Adição Depreciação	31/12/2025
Máquinas e equipamentos	82.651	109	(4.767)	77.993
Instalações	—	13	—	13
Equipamentos de Processamento de Dados	42	81	(28)	95
Móveis e Utensílios	35	13	(6)	42
Total	82.728	216	(4.801)	78.143

Descrição	31/12/2023	Adições	Adição Depreciação	31/12/2024
Máquinas e equipamentos	85.353	191	(2.893)	82.651
Móveis e Utensílios	36	2	(3)	35
Equipamentos de Processamento de Dados	22	35	(15)	42
Total	85.411	228	(2.911)	82.728

8 Outros créditos

Descrição	31/12/2025	31/12/2024
Depósitos judiciais (a)	4.885	4.885
Total	4.885	4.885

- (a) O saldo refere-se a depósitos judiciais vinculados a processo em face da Coelba, contestando a cobrança da TUSD e a incidência de ICMS, caracterizando-se como um direito de crédito com restrição de liquidez. O montante visa assegurar o ressarcimento de valores à Sociedade, estando sua realização condicionada ao êxito e ao desfecho definitivo da ação judicial.

9 Fornecedores

Descrição	31/12/2025	31/12/2024
Fornecedores - compra de energia	5.586	8.180
Fornecedores - demais	321	138
Total	5.907	8.318

10 Empréstimos e financiamentos

Em 5 de dezembro de 2017, a Companhia celebrou contrato de financiamento com o BNB no valor de R\$63.499, destinado à operação do empreendimento, providos com recursos do Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste ("FNE").

Os encargos da operação correspondem à taxa composta (i) pela variação acumulada do IPCA e (ii) pela taxa de juros prefixada de 10,14% ao ano. O período total de pagamento é de 222 meses com carência de 32 meses, sendo a primeira prestação liquidada em 15 de agosto de 2022 e a última prestação a ser liquidada em 05 de dezembro de 2033.

Os *covenants* do contrato firmado são aqueles usuais (não financeiros) para operações de empréstimo de longo prazo contratados junto ao BNB, e a garantia dele se dá por meio de fiança bancária, que poderá ser liberada mediante o cumprimento de determinadas condições de liberação de fiança relacionadas à conclusão físico-financeira do empreendimento, e por conta reserva (fundo de liquidez).

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, a Companhia encontrava-se adimplente com os *covenants* estabelecidos no contrato.

a. Composição do saldo

Descrição	31/12/2025	31/12/2024 (reapresentado)
BNB	50.293	54.184
(-) Custo de captação	(6.977)	(8.091)
Total	43.316	46.093
Circulante	3.531	5.555
Não circulante	39.785	40.538

b. Movimentação da conta

	31/12/2025	31/12/2024 (reapresentado)
Saldos em 1º de janeiro	46.093	49.500
Juros incorridos	4.281	4.607
Pagamento de principal	(4.173)	(4.477)
Pagamento de juros	(3.999)	(3.632)
Apropriação do custo de captação	2.451	1.134
Custo de captação pago no exercício	(1.337)	(1.039)
Saldos em 31 de dezembro	43.316	46.093
Circulante	3.531	5.555
Não Circulante	39.785	40.538

c. Cronograma de pagamentos das parcelas de longo prazo

Vencimento	31/12/2025		31/12/2024 (reapresentado)	
	Valor	%	Valor	%
2026	—	—%	3.773	9 %
2027	4.731	10%	4.147	10 %
2028	5.216	11%	4.569	11 %
2029	5.745	13%	5.032	12 %
2030	6.314	14%	5.530	13 %
2031	6.925	15%	6.066	14 %
2032	7.582	17%	6.642	15 %
2033	8.198	18%	7.181	16 %
2034	962	2%	—	— %
Total parcelas - longo prazo	45.673	100 %	42.940	100 %
(-) Custo de transação - longo prazo	(5.888)		(2.402)	
Saldo total - longo prazo	39.785		40.538	

11 Comissões de fianças a pagar

Em 31 de dezembro de 2025, a Companhia apresentava saldo de fianças bancárias a pagar, refletindo comissões previstas e ainda não liquidadas até a data-base. Esse saldo encontrava-se segregado entre circulante e não circulante, de acordo com o vencimento esperado das obrigações, em consonância com os prazos contratuais das garantias e com o cronograma de amortização das dívidas subjacentes.

a. Composição do saldo

Descrição	31/12/2025	31/12/2024
Comissões de fianças a pagar	4.001	5.608
Total	4.001	5.608
Circulante	882	1.480
Não circulante	3.119	4.128

12 Patrimônio líquido

O capital social integralizado é de R\$34.848 em 31 de dezembro de 2025 (R\$34.848 em 31 de dezembro de 2024) e está representado por 34.847.620 ações ordinárias nominativas e sem valor nominal, conforme composição a seguir:

Acionistas	31/12/2025			31/12/2024		
	(%) Capital	(R\$) Valor	Ações	(%) Capital	(R\$) Valor	Ações
Vila Energia Renovável S.A.	10,00%	3.484.762	3.484.762	10,00%	3.484.762	3.484.762
TotalEnergies Renewable Energy Participações S.A.	40,00%	14.048.253	14.048.253	—	—	—
TotalEnergies S.A.	50,00%	17.314.605	17.314.605	—	—	—
Eren Renewable Energy Participações S.A.	—	—	—	40,00%	14.048.253	14.048.253
Total Eren S.A.	—	—	—	50,00%	17.314.605	17.314.605
Total	100,00%	34.847.620	34.847.620	100,00%	34.847.620	34.847.620

13 Receita líquida de vendas

Descrição	31/12/2025	31/12/2024
Venda de energia elétrica	21.774	21.111
PIS e Cofins sobre vendas	(795)	(718)
Outras deduções (a)	(8.271)	(2.795)
Total	12.708	17.598

(a) O valor apresentado trata-se da provisão de penalidades à CCEE da companhia, em decorrência da diferença entre a energia contratada e a efetivamente consumida, conforme cláusulas do contrato de fornecimento, incorrida no período por conta dos eventos de desligamentos da rede de transmissão de energia, definida pela ANEEL ("constrained-off"). Durante o período de 2025, a Companhia reavaliou o critério de apresentação das penalidades contratuais.

14 Custos operacionais

Descrição	31/12/2025	31/12/2024
Custos com pessoal	(545)	(531)
Depreciação	(4.801)	(2.906)
Serviços - pessoa jurídica	(864)	(210)
Gastos operacionais – geração energia	(1.495)	(2.177)
Seguros	(262)	(326)
Gestão Ambiental	(34)	—
Gastos com propriedades	(226)	(244)
Gastos com manutenção	(1.001)	(1.113)
Outros custos	(1.032)	(491)
Total	(10.260)	(7.998)

15 Despesas gerais ou administrativas

Descrição	31/12/2025	31/12/2024
Serviços tomados - pessoa jurídica (a)	(473)	(604)
Tributos e contribuições	(590)	(88)
Despesas com informática e telecomunicações	—	(99)
Despesas com viagens	—	(131)
Outras despesas gerais ou administrativas	(49)	(89)
Total	(1.112)	(1.011)

(a) Do montante divulgado em 31 de dezembro de 2025, R\$347 (R\$325 em 31 de dezembro de 2024) referem-se a gastos com partes relacionadas, conforme divulgado na nota 17 Partes relacionadas.

16 Resultado financeiro

Descrição	31/12/2025	31/12/2024 (reapresentado)
Receitas financeiras		
Rendimento de aplicações	2.325	1.115
Outras receitas financeiras	1	—
Total	2.326	1.115
Despesas financeiras		
Juros sobre empréstimos e financiamento	(4.281)	(4.607)
Apropriação do custo de transação	(844)	(568)
Outras despesas financeiras	(415)	(569)
Total	(5.540)	(5.744)
Resultado financeiro	(3.214)	(4.629)

17 Partes relacionadas

Os principais saldos patrimoniais em, bem como as transações que influenciaram os resultados dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024, decorrentes de transações da Companhia com partes relacionadas, estão descritas abaixo:

Descrição	31/12/2025	31/12/2024
Passivo	—	6.401
Partes relacionadas - outras contas a pagar	—	886
Outras contas a pagar	—	886
Contratos de mútuos	—	4.353
Mútuos a pagar	—	4.353
Dividendos a pagar (a)	—	1.162
Dividendos a pagar para partes relacionadas	—	1.162
Resultado	(347)	(325)
Despesas gerais ou administrativas	(347)	(325)
Serviços tomados - pessoa jurídica (b)	(347)	(325)

(a) Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, a Companhia possuía saldos incorridos com a Casa dos Ventos S.A. relativos a contrato de prestação de serviços administrativos, com a finalidade de gestão dos ativos e atividades de backoffice.

Remuneração da Administração

De acordo com o Estatuto Social da Companhia, os Diretores não farão jus a qualquer tipo de remuneração pelo desempenho de suas funções.

18 Instrumentos financeiros

Os principais instrumentos financeiros contratados com terceiros discriminam-se como segue:

a. Valor justo dos instrumentos financeiros não derivativos

A tabela a seguir apresenta os valores contábeis e os valores justos dos ativos e passivos financeiros, incluindo os seus níveis na hierarquia do valor justo.

Descrição	Mensuração do valor justo	31/12/2025		31/12/2024 (reapresentado)	
		Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo
Caixa e equivalentes de caixa		13.115	13.115	13.791	13.791
Contas a receber de clientes		1.869	1.869	1.781	1.781
Aplicações financeiras vinculadas		3.542	3.542	3.171	3.171
Fornecedores		(5.907)	(5.907)	(8.318)	(8.318)
Empréstimos e financiamentos	Nível 2	(43.316)	(50.293)	(46.093)	(54.184)
Partes relacionadas - outras contas a pagar		—	—	(886)	(886)
Outras contas a pagar		(140)	(140)	(467)	(467)
Total		(30.837)	(37.814)	(40.488)	(48.579)

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, a Companhia não apresentava instrumentos financeiros derivativos. Os instrumentos financeiros da Companhia são avaliados ao custo amortizado.

b. Mensuração do valor justo

A tabela abaixo apresenta a técnica de valoração utilizada na mensuração do valor justo de nível 2 para instrumentos financeiros no balanço patrimonial, assim como os inputs não observáveis significativos utilizados.

Tipo	Técnica de avaliação	Inputs significativos não observáveis	Relacionamento entre os inputs significativos não observáveis e mensuração do valor justo
Título de dívida – BNB	O valor justo calculado considera: (i) o fluxo de pagamento de parcelas futuras previstas no contrato de financiamento, com juros pós fixados (ii) menos o custo de captação embutido no saldo contábil da rubrica de empréstimos e financiamentos.	Não aplicável	Não aplicável

19 Imposto de renda e contribuição social correntes

a. Composição do saldo no resultado:

Descrição	31/12/2025	31/12/2024
Imposto de renda - corrente	(1.005)	(641)
Contribuição social - corrente	(444)	(294)
Total	(1.449)	(935)

b. Apuração do imposto de renda e contribuição social:

A conciliação da despesa de imposto de renda e contribuição social, calculados pela aplicação das alíquotas vigentes, e os valores refletidos nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024, estão demonstrados a seguir:

Descrição	31/12/2025	31/12/2024
Venda de energia	21.774	18.316
Alíquota de presunção (IRPJ)	8%	8%
Lucro presumido	1.742	1.465
Outras receitas não operacionais	2.326	1.115
Alíquota vigente	15%	15%
Alíquota vigente IRPJ adicional	10%	10%
Imposto de renda corrente	(1.005)	(641)
Alíquota de presunção (CSLL)	12%	12%
Lucro presumido	2.613	2.198
Outras receitas não operacionais	2.326	1.115
Alíquota vigente	9%	9%
Contribuição social corrente	(444)	(294)
Alíquota efetiva (%)	79,3%	(24,0%)

c. Movimentação das obrigações com imposto de renda e contribuição social:

Descrição	31/12/2025	31/12/2024
Saldos iniciais	225	159
Imposto de renda e contribuição social no exercício	1.449	935
Impostos pagos sobre o lucro	(1.045)	(790)
Compensações no exercício	(467)	(79)
Saldos finais	162	225

20 Contingências

A Companhia revisa suas estimativas e premissas continuamente. Em 31 de dezembro de 2025 a Administração identificou contingências classificadas como perda possível no montante de R\$273 (R\$273 em 31 de dezembro de 2024), dessa forma, não foram contabilizadas nestas demonstrações financeiras. Adicionalmente, na referida data-base, não existiam contingências classificadas como perdas prováveis.

Certificado de Conclusão

Identificação de envelope: EE0533A0-FABE-8812-8166-6931B13A4F83

Status: Concluído

Assunto: Complete com a Docusign: BJJ 11 Solar S.A.pdf

LoS / Área: Assurance (Audit, CMAAS)

Tipo de Documento: Relatórios ou Deliverables

Envelope fonte:

Documentar páginas: 30

Assinaturas: 1

Remetente do envelope:

Certificar páginas: 2

Rubrica: 0

Ronaldo Melo

Assinatura guiada: Ativado

Avenida Brigadeiro Faria Lima, 3732, 16º e 17º

Selo com Envelopeld (ID do envelope): Ativado

andares, Edifício Adalmino Dellape Baptista B32, Itai

Fuso horário: (UTC-03:00) Brasília

São Paulo, São Paulo 04538-132

ronaldo.melo@pwc.com

Endereço IP: 134.238.159.50

Rastreamento de registros

Status: Original

Portador: Ronaldo Melo

Local: DocuSign

18 de maio de 2026 | 15:21

ronaldo.melo@pwc.com

Status: Original

Portador: CEDOC Brasil

Local: DocuSign

18 de maio de 2026 | 16:55

BR_Sao-Paulo-Arquivo-Atendimento-Team

@pwc.com

Eventos do signatário

Daniel Rodrigues de Oliveira

daniel.oliveira@pwc.com

Partner

PwC BR

Nível de segurança: E-mail, Autenticação da conta (Nenhuma), Certificado Digital

Detalhes do provedor de assinatura:

Tipo de assinatura: ICP-Brasil

Emissor: AC SyngularID Multipla

Assunto: CN=DANIEL RODRIGUES DE OLIVEIRA:31574423843

Assinatura

DocuSigned by:
Daniel Rodrigues de Oliveira
C8823729214040B...

Adoção de assinatura: Estilo pré-selecionado

Usando endereço IP: 72.152.84.208

Política de certificado:

[1]Certificate Policy:

Policy Identifier=2.16.76.1.2.1.133

[1,1]Policy Qualifier Info:

Policy Qualifier Id=CPS

Qualifier:

<http://syngularid.com.br/repositorio/ac-syngularid-multipla/dpc/dpc-ac-syngularid-multipla.pdf>

Registro de hora e data

Enviado: 18 de maio de 2026 | 15:22

Visualizado: 18 de maio de 2026 | 16:46

Assinado: 18 de maio de 2026 | 16:55

Termos de Assinatura e Registro Eletrônico:

Não oferecido através da Docusign

Eventos do signatário presencial	Assinatura	Registro de hora e data
Eventos de entrega do editor	Status	Registro de hora e data
Evento de entrega do agente	Status	Registro de hora e data
Eventos de entrega intermediários	Status	Registro de hora e data
Eventos de entrega certificados	Status	Registro de hora e data
Eventos de cópia	Status	Registro de hora e data

Eventos de cópia	Status	Registro de hora e data
Ronaldo Melo ronaldo.melo@pwc.com Manager Nível de segurança: E-mail, Autenticação da conta (Nenhuma)	Copiado	Enviado: 18 de maio de 2026 16:55 Visualizado: 18 de maio de 2026 16:55 Assinado: 18 de maio de 2026 16:55
Termos de Assinatura e Registro Eletrônico: Não oferecido através da DocuSign		

Eventos com testemunhas	Assinatura	Registro de hora e data
-------------------------	------------	-------------------------

Eventos do tabelião	Assinatura	Registro de hora e data
---------------------	------------	-------------------------

Eventos de resumo do envelope	Status	Carimbo de data/hora
Envelope enviado	Com hash/criptografado	18 de maio de 2026 15:22
Entrega certificada	Segurança verificada	18 de maio de 2026 16:46
Assinatura concluída	Segurança verificada	18 de maio de 2026 16:55
Concluído	Segurança verificada	18 de maio de 2026 16:55

Eventos de pagamento	Status	Carimbo de data/hora
----------------------	--------	----------------------